

Eossistemas neocoloniais

Relações econômicas, ambientais e ecológicas

Fernando Lobo

Há alguns séculos atrás, o futuro país continental chamado Brasil foi inserido num sistema transcontinental de relações no qual sua existência passou a ser determinada por uma série de tipos de práticas e idéias de essência mercantis, ou seja, a expansão econômica, em busca de mercados ou produtos que os abatessem, por razões diversas que variavam das questões populacionais às questões políticas no interior do continente europeu ocidental. Nesta inserção da América nos planos econômicos e políticos dos povos europeus ocorreram, ao mesmo tempo, dois níveis de transformações nos dois espaços que se interagiam. Sejam eles, a mudança, relativamente a médio e curto prazo, das relações européias com o restante do 'velho' mundo com o qual se relacionava tendo em consideração a descoberta do rico 'novo' mundo americano e suas consequências e, por outro lado, a nível das relações internas do povo europeu, emergiu uma nova fase de sua história. A história, pouco contada nas Américas, da influência dos povos e riquezas das regiões descobertas sobre os costumes já antigos da civilização européia. É sempre enfocada, na maioria dos estudos a respeito, a força de dominação imposta pelos descobridores, o que não deixa de ser verdade desde que, postos os fatos, sabemos analisá-los imparcialmente e vermos, admitindo que embora a descoberta e a dominação tenha sido realizada pela expansão e méritos de uma civilização, a área, por assim dizer invadida, não deixou ou não se permitiu domar sem uma troca, mesmo que desigual, com as culturas nela existentes.

Desta forma, especificando uma destas áreas descobertas teremos como foco de comentários a parte constituinte do "Brasil" e, principalmente, de início, sua borda litorânea. Tal localidade, devido suas características próprias de clima, solo, vegetação e sua posição relativa de fácil acesso, conjugadas com as necessidades mais imediatas da nação 'descobridora', foi, como consequência, o primeiro ponto de exploração e de destruição de todo um aparentemente infinito ecossistema completamente integrado naturalmente em suas estruturas ecológicas.

Após esta rápida digressão temporal e retornando-nos ao espaço atual ocupado por nosso país, apercebemo-nos de uma verificação verdadeira: a área primeiramente ocupada e explorada pelos europeus desde o início desta colonização encontra-se atualmente completamente destituída de equilíbrio ecológico, consequência direta de sua total destruição ao longo do tempo. Outra verdade que alego é a que percebo: desde sua inserção naquelas relações mercantis internacionais, sofrendo o peso da situação em que passou a se encontrar, a situação colonial, jamais o Brasil deixou de sofrer. Assim como antes, agora como no século dezoito, evidentemente com grandes evoluções nas formas de imposições sócio, políticas e econômicas, bem como ideológicas, a exploração colonial continua como expressão Neo-Colonial Contemporânea e o Brasil na mesma posição que lhe determina um pacto a nível internacional comprimindo e direcionando sua evolução no sentido da extração de suas riquezas e exploração de seus povos indubitavelmente miseráveis.

Como se vê, os problemas por que atravessa este país são históricos e passíveis de uma análise que busque uma explicação para a situação atual, em níveis distintos. Primeiramente, esta posição com relação ao mercado e à economia mundial gera dificuldades em sua representação externa já que não ocorre nos mesmos moldes que tenderia a ocorrer numa correlação de forças equiparadas ou numa igualdade de posições entre as nações que se interrelacionam. Em segundo lugar, a

cooperação nacional em forma de medidas políticas e econômicas no setor interno deixando-nos facilmente dominar pelas atitudes autoritárias dos países mais fortemente armados, em todos os sentidos, desfavorece o próprio crescimento da economia interna levando a uma maior dependência externa. Quanto a estas medidas, facilitadoras às explorações externas no país, evidenciam a existência de grupos colaboradores, no plano interno, com as políticas que visam apenas desincentivar nosso crescimento e viabilizar uma exploração mais eficaz.

Desde a exploração dessas terras pelos europeus, no século quinze, até os momentos contemporâneos, deu-se um crescente processo de evolução, lenta pelos séculos, de um sistema econômico que visa, acima de tudo, o lucro e, antes de mais nada, a exploração de todos os tipos de forças ou energias. Estas energias e forças encontram-se na natureza, no espaço que o homem ocupa e no próprio homem, por consequência. Em função da manutenção deste sistema produtivo a depredação da natureza e a exploração do homem pelo homem é indiscriminada.

Agrária pela USP, "Das sedes de bancos às malocas das favelas; do luxo da Hight Society à miséria dos pobres; dos aeroportos supersônicos ao transporte suburbano; do "filemignon" ao arroz com feijão; da punção dos sheiks do açúcar e dos reis do café e do gado à desgraça dos "boias-frias"; das sesmarias modernas às terras expropriadas".

Devo salientar que é o caráter, as características mais peculiares das relações entre os homens, que vai determinar e dar forma à relação homem-Natureza esclarecendo que o eixo epistemológico da questão ecológica está no modo de produção, neste caso, capitalista. "A exploração do homem e o usufruto da natureza - expressa-se Godelier - estão ligados e não existe crise no usufruto da natureza que não seja uma crise no modo de vida do homem". Paralelamente às grandes conquistas dos homens e da sociedade, proliferam-se infinitas ameaças à sobrevivência humana, o que nos leva a acreditar nas reações da Natureza às agressões recebidas. A cada agressão do homem corresponde uma reação em sentido inverso e força multiplicada da Natureza. Ameaças à sobre-

ginar. E mais, segundo relatório do Banco Mundial, o Brasil é o único país no mundo, dos quais se dispõe de dados, onde a participação na Renda Nacional das famílias 10% mais ricas ultrapassa os 50%. E ainda, há uma contradição profunda, na essência do modo de produção capitalista, agravada em economias de países subdesenvolvidos: a questão da produção da riqueza que é socializada pelo capital, é social, já que a grande maioria produz e trabalha todos os dias, porém, a sua apropriação é privada.

Estes tipos de relações determinam o tipo de desenvolvimento da comunidade. Suas estruturas, suas formas de relações com o Meio Ambiente que ocupam e transformam, bem como novos aspectos que podem ser proporcionados por uma tecnologia renovadora e transformadora de uma organização social, são também determinantes no equilíbrio das condições de vida do homem. Devemos também considerar a relação entre todos os seres vivos, animais e vegetais, suas influências recíprocas e seus meios ambientes, para não cairmos numa análise fraudulenta e economicista dos acontecimentos e da situação de uma sociedade.

Historicamente, em função de um desenvolvimento econômico e de uma política que garanta a manutenção da desigualdade por diversas formas, é que o meio ambiente natural do homem vai sendo destruído. Graziano Neto segue dizendo que "Juntos, o sistema latifundiário, o isolamento político e administrativo da colônia, a falta disponibilidade de terras e a ausência de um passado tecnológico (excluída a incipiente agricultura indígena) explicam a devastação da Natureza desde muito antes do processo de modernização recente". Podemos admitir que já assumiu nacionalidade brasileira a grave devastação secular da Natureza, trazendo sérias consequências.

Analisemos, aqui, as consequências ao nível ecológico, da chamada moderna agricultura que é um grande fracasso agrônomo, segundo muitos especialistas na área, pelas destruições que provoca.

O DESCONTROLE DAS PRAGAS E DAS DOENÇAS se relacionam com as condições do solo e seu manejo. O indivíduo mal nutrido está sujeito a doenças pela debilidade de seu organismo; o mesmo ocorre com as plantas, seres vivos que apenas não se locomovem. Segundo demonstra Adilson Paschoal, até 1958 eram conhecidas 193 pragas no Brasil; em 1976 o total de pragas conhecidas na agricultura atingia 593. Quer dizer, entre 1958 e 1976, o número de pragas que atacam nossas culturas aumentou 207%, numa razão de 22 novas pragas por ano". Se o uso de agrotóxicos em geral é cada vez maior e mais desenfreado, ótimo para as multinacionais e para as firmas que comercializam tais produtos, pior, entretanto, para a Natureza. Graziano afirma que o Brasil é o mercado de agrotóxicos que mais cresce em todo o mundo e os lucros são altíssimos, pois, as grandes empresas controlam o preço dos produtos e praticamente não há controle sobre elas.

Os agrotóxicos são como drogas: o aumento no desequilíbrio do ecossistema cria uma dependência pelo produto químico. Acabar com esta neurose é tentar a diversificação, associação e rotação de culturas, o manejo correto do solo e, talvez, o desenvolvimento de variedades mais rústicas e, para as pragas e doenças, a utilização de métodos adequados de mínimo impacto ecológico devem ser buscados.

A DESTRUIÇÃO DOS SOLOS, devido ao errôneo manejo em condições de agricultura tropical, é bastante evidente neste país. O estágio final desta depredação, através da erosão e enfaquecimento dos solos, é a desertificação das áreas cultivadas o que não ocorre por puro capricho da Natureza, mas pela atividade predatória do

homem, ao praticar uma agricultura por meio de uma tecnologia destrutiva.

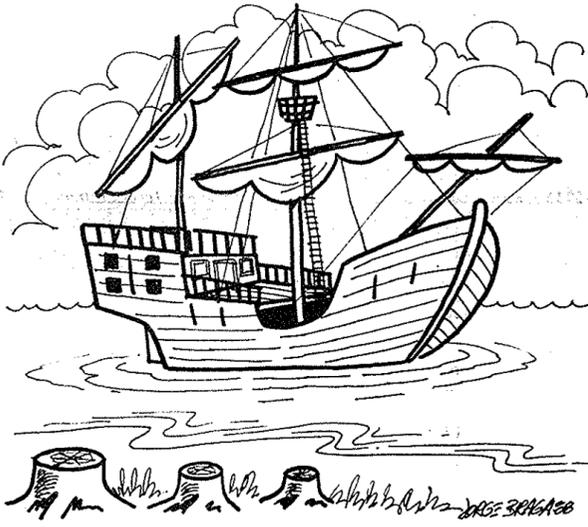
A PERDA DA QUALIDADE BIOLÓGICA DOS ALIMENTOS tem causas diversas. Desde a produção à industrialização estes alimentos são produzidos em condições artificiais com a introdução de métodos industriais para a produção em larga escala e em tempo mínimo de produção, além de aditivos altamente prejudiciais à saúde humana. J. Lutzenberger diz que "Qualidade biológica é conceito que não tem vez no contexto tecnológico. Por isto, tudo leva seus aditivos. Estes aditivos, é certo que não nos matam na hora. Tal não seria econômico. Os estragos crônicos, a lenta destruição do fígado, baço, rins, o descontrolo do sistema imunológico e hormonal, as alergias, o câncer, todos levam tempo para aparecer. Quem vai poder queixar-se, e contra quem? O homem tem hoje bom controle das enfermidades infecciosas, mas aumentam vertiginosamente as doenças degenerativas. Câncer, enfarte, derrame e outras já atingem dimensões epidêmicas. O pior está por vir!". E, ainda, completa Graziano: "O bacanal que as multinacionais do ramo fazem em nosso país deixa-nos mais preocupados ainda, porque o uso de venenos pelos agricultores é abusivo e indiscriminado".

O BALANÇO ENERGÉTICO. A modernização da agricultura transformou-a em grande consumidora de energia, principalmente energias manuseadas pelo setor industrial como combustíveis para as máquinas, adubos sintéticos, os agrotóxicos, insumos e etc., significam energias utilizadas também para a produção de energia na forma de grãos, fibras, carnes e etc. Considerando esta transformação de energia é que surgiu o cálculo do Balanço Energético, onde contabiliza-se a energia utilizada e a energia produzida no processo de produção.

A POLUIÇÃO EM GERAL E A MORTE DA NATUREZA. Além da destruição dos solos, do descontrolo das pragas e das doenças, da perda de qualidade e da contaminação dos alimentos, das intoxicações humanas e do meio ambiente e do desperdício energético, outros dados podem ser apresentados. Assim como, no período de colonização portuguesa e europeia no Brasil, a Mata Atlântica foi destruída com sua fauna e flora riquíssimas e irrecuperáveis, na Neo-Colonização atual presenciámos as últimas reservas florestais sendo queimadas e derrubadas e, ao gritos e brados surdos que parecem ser, assistimos à devastação da Floresta Amazônica - o pulmão do planeta terra.

A derrubada de árvores, poluição dos rios com mortandades coletivas de peixes como também de águas do subsolo, dos lençóis freáticos, as queimadas destruindo os solos e afetando a atmosfera, influenciando a radiação solar e a temperatura da terra. Tudo isso liga-se à prática de uma agricultura realizada com o intuito de obter lucros, mas que provoca um grande desequilíbrio nos ecossistemas naturais que podem levar, a longo prazo, à própria dizimação da natureza e, até mesmo, ao comprometimento da produtividade, o que já vem ocorrendo com frequência em diversos países.

Entretanto, vemos cada vez maior a frequência do poder econômico no país a extrapolar os limites naturais de sua imposição; assistimos ao descaso e à incapacidade de controle por parte do poder público com relação a estes problemas - que por sinal constituem riquezas para alguns componentes deste setor - e, o que é igualmente grave, à incompreensão e inconsciência da população em geral que, mal orientada e deficiariamente educada, colabora na depredação do único e último reduto de preservação e reprodução de nossa espécie: a NATUREZA.



A partir do advento do "Sistema Capitalista" o processo produtivo desliga-se mais e mais das necessidades reais e materiais de sobrevivência dos homens, sendo, a partir de então, determinado prioritariamente pelo processo de acumulação de Capital do sistema econômico. Com este advento é indubitável a melhoria das condições de vida dos homens, contudo, apesar da Revolução Industrial, da amplitude alcançada pelo domínio das forças da Natureza pelo homem - "Que século anterior teria suscitado que semelhantes forças produtivas dormiam no seio do trabalho social?" Perguntou Engels -, o desenvolvimento histórico das sociedades serve também para nos mostrar que a mais profunda crítica ao sistema capitalista começa com o reconhecimento de seu papel na melhoria das condições de vida do homem, pois foi exatamente visando a melhoria de vida dos povos europeus que a América foi devastada e é visando a melhoria e o bem-estar de alguns grupos da nação é que o povo brasileiro encontra-se faminto e em pleno estado de degenerescência.

A necessidade de bens produzidos estimula e motiva o processo de produção material capitalista que não desvincula-se daquela procura, destes bens vitais, por parte da população. Na realidade, o capital busca, através desta produção e destes abastecimentos básicos para a população, sua rápida valorização. No Brasil, tem-se hospedado, com longa e imprevisível duração e demora, este capitalismo chamado "selvagem", declarado, concentrador e desligado das necessidades de crescimento econômico da nação, produtor de contrastes absurdos que assistimos por aí a fora. Como diz Francisco Graziano Neto, Engenheiro Agrônomo e Mestre em Economia

vivência como a poluição do ar das grandes cidades, alimentos contaminados, alterações climáticas, solos destruídos, doenças da civilização (como o Câncer), etc. Tudo demonstra a irracionalidade do homem no trato com a natureza.

Além do maltrato à natureza o homem maltrata o próprio homem. Ele é quem sofre dos males que ele mesmo dá ou cria espaço para que surjam. Porque tantos homens passam fome? Apenas a título de exemplo lembremo-nos das palavras de Eduardo Galeano referindo-se à agricultura Nordeste: "Não é nas zonas áridas e semi-áridas do interior nordestino onde as pessoas comem pior, como equivocadamente se cre. O sertão, deserto de pedra e arbustos ralos, vegetação escassa, padece fomes periódicas (...) Porém, é no litoral úmido onde se padece a fome endêmica. Ali, onde mais opulenta é a opulência, mais miserável se forma a miséria; a região eleita pela Natureza para produzir todos os alimentos, nega-os todos. (...) O alimento das minorias converte-se em fome das maiorias. Como de costume, a expansão expandiu a fome".

O problema da fome não encontra-se propriamente na agricultura, mas na distribuição da renda e da produção daquela. De que forma melhorar a alimentação da população se a concentração de renda vem se agravando cada vez mais no Brasil? Dados do IBGE demonstram que em 1960 a metade mais pobre da população ativa da sociedade detinham 17,4% da renda nacional, declinando esta participação para 14,9% em 1970 e para 12,6% em 1980. Por outro lado, os 10% mais ricos aumentaram sua participação de 39,6% em 1960 para 50,9% em 1980. Concluímos que quem se pensa, às vezes, rico pode estar ficando mais pobre do que poderia ima-

FERNANDO LOBO LEMES é graduado em História pela Universidade Católica de Goiás